

A TERRA ENSINA: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O INÍCIO DA CONSTRUÇÃO DE UMA HORTA COMUNITÁRIA EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE ARACAJU/SE, ASSIM COMO, SUA INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO CIDADÃ E DOCENTE.

Eiakin Bonifácio Lemos de Souza ¹
Geisedrielly Castro dos Santos ²

RESUMO

O presente relato tem como objetivo retratar os primeiros passos do Projeto de educação ambiental “Sementes da Mudança”, idealizado pela professora da Rede Estadual de Sergipe, Elvira Suzi dos Santos Bitencourt Garção e desenvolvido no Centro de Excelência Professor João Costa, situado no município de Aracaju. A iniciativa contou com a participação ativa dos alunos dos terceiros ano do ensino médio, da professora orientadora e de bolsistas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), vinculados ao curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. A prática pedagógica central do projeto consistiu na criação de uma horta comunitária escolar, concebida como uma proposta concreta de uma educação ambiental, participativa e transformadora. Assim, integrando os horários das aulas de geografia com o manejo que visou um futuro cultivo na área. Além disso, o projeto promove uma efetiva articulação entre teoria e prática, possibilitando aos estudantes ampliar sua compreensão sobre questões socioambientais por meio de experiências que promoveram a reconexão com o meio ambiente, mas não somente isso, o projeto também, beneficia a obtenção de valores como responsabilidade, cuidado, ética, vida sustentável. Para os bolsistas do PIBID, a atuação em campo revelou-se uma experiência enriquecedora na construção da formação docente ao favorecer competências fundamentais, como conduzir os estudantes no centro do processo educativo, utilizar espaços que vão além da sala de aula tradicional e maneiras pedagógicas de estimular a preservação ambiental.

Palavras-chave: Geografia, Horta, Educação ambiental, Formação docente, PIBID.

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Sergipe - UFS, eliakin.bonifacio@gmail.com;

² Doutora, Mestra, Licencianda e Bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe, Professora do Departamento de Geografia-UFS, geise.castrosantos@academico.ufs.br.

INTRODUÇÃO

A escola pública constitui um espaço privilegiado para a construção de saberes significativos e para o desenvolvimento de práticas educativas que promovam a formação integral dos estudantes. Nesse contexto, a implementação de uma horta escolar emergiu como uma proposta pedagógica capaz de articular conhecimentos científicos, valores éticos e ações concretas voltadas à sustentabilidade e à cidadania. A criação e manutenção de uma horta não se restringem ao cultivo de alimentos, mas representam um instrumento didático interdisciplinar que estimula o aprendizado ativo, o trabalho coletivo e o cuidado com o meio ambiente, possibilitando uma aproximação entre teoria e prática dentro do cotidiano escolar.

A experiência relatada insere-se no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), que visa à valorização e à formação inicial de professores por meio da vivência em ambientes escolares. A partir desse programa, os licenciandos têm a oportunidade de desenvolver práticas pedagógicas inovadoras, como a horta escolar, por exemplo, que fortalecem a identidade docente e sua compreensão sobre o papel social da escola. Essa iniciativa contribuiu não apenas para o aprimoramento profissional dos futuros educadores, mas também para o envolvimento da comunidade escolar em torno de um projeto coletivo, que une educação ambiental, saúde e cidadania.

O desenvolvimento da horta escolar promoveu múltiplos impactos como: incentivar o uso sustentável e o respeito à natureza, fortalecer o senso de cooperação e pertencimento entre estudantes, professores e comunidade escolar, como também, proporcionou um espaço de aprendizagem que estimula a curiosidade, a experimentação e o pensamento crítico. Além disso, o contato direto com a terra despertou uma consciência sobre a origem e o valor no processo de alimentos, contribuindo para hábitos mais saudáveis e responsáveis.

Desse modo, a implementação da horta na escola pública configura-se como uma prática pedagógica transformadora, que transcende o espaço físico do jardim e se consolida como um instrumento formativo essencial tanto para os alunos quanto para os professores em formação. Ao articular o ensino, a sustentabilidade e a cidadania, o projeto reafirma o papel da escola como agente de mudança social e de promoção de uma educação ambiental crítica e emancipadora.



METODOLOGIA

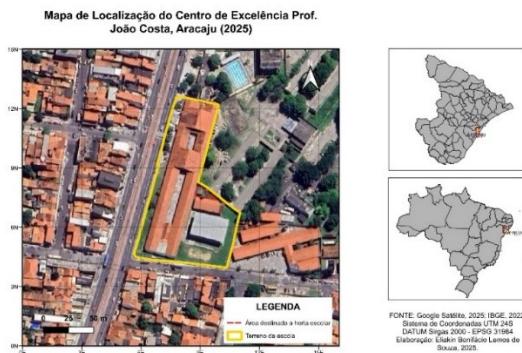
O presente trabalho, de natureza qualitativa e caráter descritivo, foi desenvolvido com base nos pressupostos da Pesquisa-Ação, compreendida como uma abordagem metodológica que busca a transformação da realidade por meio da articulação entre a investigação científica e a intervenção prática (THIOLLENT, 2011). Essa escolha metodológica se alinha à Pesquisa Participante (BRANDÃO, 1984), na medida em que reconhece os sujeitos envolvidos como protagonistas ativos do processo de construção do conhecimento, conferindo à experiência um caráter pedagógico, reflexivo e político.

A ação central do projeto consistiu na criação de uma horta escolar, concebida como instrumento educativo e de mobilização coletiva em torno da educação ambiental e da sustentabilidade. A escola-campo foi o Centro de Excelência Professor João Costa, instituição da rede estadual de ensino localizada na cidade de Aracaju, estado de Sergipe. A escolha dessa escola se deu por dois motivos principais: ser o local de atuação da Professora Elvira Suzi dos Santos Bittencourt Garção, idealizadora do projeto, e por contar com a participação de bolsistas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) supervisionados por ela e coordenados pela Professora Geisedrielly Castro dos Santos.

O público participante foi composto por estudantes das turmas do 3º ano do Ensino Médio, que junto à professora responsável e aos pibidianos, participaram ativamente de todas as etapas do projeto, desde o planejamento até a execução das atividades práticas. As ações ocorreram durante o mês de maio de 2025, de forma presencial, nas dependências da escola, mais especificamente em um terreno adjacente à quadra poliesportiva, espaço destinado à implantação da horta (como é possível observar no mapa abaixo). Durante o processo, foram realizadas observações diretas e registros descritivos, que possibilitaram refletir sobre os impactos pedagógicos e sociais da experiência vivenciada.



Mapa 1- Localização da Instituição de Ensino onde foram desenvolvidas as atividades.



Fonte: Google Satélite, 2025; IBGE, 2022. Elaboração Própria.

REFERENCIAL TEÓRICO

A reflexão sobre a educação ambiental no contexto escolar requer compreender que o processo educativo vai além da mera transmissão de informações sobre a natureza ou da adoção de comportamentos ecologicamente corretos. Conforme Lima e Dias (2019), a Educação Ambiental Crítica e Transformadora busca ultrapassar a sensibilização individual e promover a formação de sujeitos coletivos e politicamente engajados, “capazes de compreender as raízes estruturais da crise socioambiental e de se engajar em ações coletivas para a construção de sociedades justas e sustentáveis” (LIMA; DIAS, 2019, p. 8). Assim, a proposta de implantação de uma horta escolar como prática pedagógica insere-se nesse horizonte crítico, em que a ação educativa se torna meio para o desenvolvimento de consciência social, ambiental e política.

A horta, enquanto espaço educativo, assume o papel de laboratório vivo, possibilitando que os estudantes compreendam, de forma concreta, as relações entre sociedade e natureza, produção e consumo global e local. Essa concepção se aproxima da perspectiva freireana de educação como prática da liberdade. Para Freire (1996), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (p. 25). A experiência educativa, portanto, não se restringe à transmissão de conteúdos, mas



envolve o diálogo, a problematização e a construção coletiva de saberes. Nesse processo, educadores e

educandos assumem papéis interdependentes, pois “não há docência sem discência [...] quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE, 1996, p. 23).

Dessa forma, a horta escolar, mais do que um espaço de cultivo de alimentos, torna-se um território de aprendizagem, onde a prática pedagógica se transforma em ação concreta de reflexão sobre o mundo e sobre o lugar do sujeito nesse mundo. Trata-se de um movimento de re-territorialização do espaço escolar, no qual a relação com o ambiente é ressignificada a partir da vivência, do cuidado e da responsabilidade coletiva. Como destaca Santos (2004), “o espaço geográfico é um conjunto indissociável, contraditório e solidário de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (p. 63).

É nesse ponto que a contribuição de Carlos Walter Porto-Gonçalves se torna fundamental para a compreensão da dimensão crítica da educação ambiental. O autor propõe uma leitura das questões ambientais a partir das contradições do modelo de desenvolvimento capitalista e da globalização da natureza, em que os bens naturais são transformados em mercadorias e submetidos à lógica de acumulação (GONÇALVES, 2005). Ao discutir a “natureza da globalização”, o autor denuncia o processo de homogeneização territorial e de subordinação dos espaços locais às demandas do mercado global, principalmente pela expansão da agroindústria e pelo uso intensivo de agrotóxicos. Nesse sentido, a horta escolar representa um ato de resistência local, um gesto político que confronta a lógica da produção em larga escala e reafirma a soberania alimentar dentro do ambiente escolar e o direito à vida em equilíbrio com o ambiente.

Gonçalves (2004) também aponta que as questões ambientais não podem ser compreendidas de forma dissociada das desigualdades sociais e territoriais. Para o autor, o meio ambiente é “um campo de disputa política e simbólica, no qual se expressam as relações de poder e as contradições entre diferentes modos de apropriação da natureza” (GONÇALVES, 2004). Nessa perspectiva, o trabalho com a horta escolar permite aos estudantes compreender as injustiças socioambientais e refletir criticamente sobre os impactos



da produção e do consumo contemporâneos. O cultivo agroecológico, a reciclagem e o cuidado coletivo tornam-se instrumentos pedagógicos que revelam outras formas possíveis de relação com a terra e com a comunidade.

A prática educativa desenvolvida nesse contexto dialoga com a concepção freireana de educação emancipadora, na qual o aprendizado se realiza por meio da ação-reflexão-ação, ou seja, da práxis. Como afirma Freire (1996), “mudar é difícil, mas é possível” (p. 29). Essa mudança, quando aplicada à educação ambiental, refere-se não apenas à alteração de comportamentos, mas à transformação das estruturas de pensamento e das práticas sociais. A horta, enquanto prática de pesquisa-ação, concretiza esse movimento transformador ao articular o conhecimento científico e o saber prévio dos estudantes.

Além disso, a abordagem metodológica adotada, a Pesquisa Participante (BRANDÃO, 2006), fortalece o caráter coletivo e emancipatório do projeto, na medida em que reconhece a escola como espaço de produção de conhecimento, e não apenas de reprodução. A pesquisa torna-se, assim, um instrumento de autoconhecimento e empoderamento, onde educadores e educandos aprendem a investigar, compreender e intervir sobre a realidade em que estão inseridos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao final do mês de maio de 2025, encerrou-se a primeira etapa de implementação da horta escolar no Centro de Excelência Professor João Costa (C.E.P.J.C.). Essa fase foi marcada por um conjunto de ações articuladas e coletivas que envolveram a comunidade escolar. Inicialmente, realizou-se a escolha do espaço físico destinado ao projeto, seguida pela coleta de pequenas amostras de solo, posteriormente analisadas pelo Departamento de Engenharia Agronômica da Universidade Federal de Sergipe. Essa análise preliminar permitiu compreender as características químicas e físicas do solo, favorecendo a definição de estratégias adequadas para o preparo e o manejo da área.

Na sequência, procedeu-se à obtenção de ferramentas e materiais necessários para o cultivo, bem como, à limpeza e reorganização do terreno, com a retirada de resíduos

descartados de forma irregular e a capinagem da vegetação espontânea que não contribuiria para o desenvolvimento da horta. Aonde o nívelamento do terreno também foi realizado

Paralelamente às atividades práticas, ocorreram momentos de diálogo e reflexão mediados pelos Pibidianos e a Prof.^a. Elvira Suzi, nos quais os estudantes puderam relacionar o que era vivenciado no espaço da horta com conteúdos teóricos abordados em sala de aula. Essa integração entre teoria e prática se mostrou fundamental para o fortalecimento de uma aprendizagem significativa, na medida em que os alunos passaram a compreender, de forma concreta, os processos que envolvem a produção de alimentos e o papel dos agricultores familiares na manutenção da segurança alimentar do país. Além disso, tais momentos fomentaram uma reflexão crítica sobre os diferentes modelos de produção agrícola, incentivando a valorização de práticas sustentáveis e o reconhecimento da natureza como um sistema vivo e interdependente, e não apenas como um recurso a ser explorado.

Figura 1- Registros fotográficos das atividades na horta.



Fonte: acervo pessoal.

Do ponto de vista formativo, o contato representou também um importante exercício para os bolsistas do PIBID. O envolvimento direto com a realidade escolar, aliado à necessidade de planejar, executar e refletir sobre ações pedagógicas concretas, reforçou o caráter transformador do programa. A prática revelou-se essencial para a constituição de uma





identidade docente crítica, sensível e comprometida com uma educação pública de qualidade e socialmente referenciada.

Encerrada essa primeira fase, o projeto apresentou resultados bastante positivos, sobretudo em relação ao engajamento estudantil e ao fortalecimento do vínculo entre os alunos

e o espaço escolar. Embora outras etapas ainda estejam por vir, como o plantio contínuo, a manutenção e o acompanhamento pedagógico das colheitas, o objetivo inicial foi plenamente alcançado: semeou-se não apenas um espaço de cultivo alimentar, mas também a ideia de que o aprendizado pode florescer quando o conhecimento se alia à experiência, ao cuidado e à coletividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso desenvolvido com o projeto “Sementes da Mudança” evidenciou que a educação ambiental, quando integrada ao cotidiano escolar de forma participativa, crítica e dialógica, tem o potencial de transformar não apenas o espaço físico da escola, mas também as relações que nela se estabelecem. A implantação da horta escolar mostrou-se um processo educativo dinâmico, no qual o aprender e o ensinar se entrelaçam, favorecendo o desenvolvimento de saberes que transcendem os limites da sala de aula. O trabalho coletivo de preparo do solo, cultivo e reflexão sobre a execução agroecológica materializou uma educação pautada no respeito mútuo, na cooperação e na responsabilidade social, reafirmando o papel da escola pública como espaço de emancipação e construção da cidadania.

Do ponto de vista formativo, a vivência dos bolsistas do PIBID foi marcada por um exercício constante de observação, escuta e ação consciente, elementos indispensáveis à constituição de uma prática docente crítica e reflexiva. Nesse sentido, reafirmando o princípio freireano de que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1996, p. 68). A horta, portanto, tornou-se esse “mundo mediador”, um espaço vivo de aprendizagem e de diálogo, onde o conhecimento se constrói coletivamente a partir da experiência concreta e do engajamento com a realidade.

Mais do que o cultivo de hortaliças, o que se semeou foi a compreensão de que a educação ambiental deve ser entendida como um ato político e ético, voltado à formação de



sujeitos críticos, conscientes e comprometidos com a transformação social. O projeto demonstrou que práticas simples, quando guiadas por uma pedagogia libertadora, podem desencadear processos profundos de conscientização. Assim, ao cuidar da terra, os estudantes aprenderam também a cuidar uns dos outros e do espaço comum que habitam, gesto essencial para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e sustentável. Por fim, reafirma-se que

iniciativas como esta precisam ser fortalecidas e ampliadas nas escolas públicas, pois representam caminhos concretos para a realização de uma educação comprometida com a vida e o meio ambiente.



REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. R. Pesquisa participante. 22. ed. São Paulo: **Brasiliense**, 2006.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: **Paz e Terra**, 1996.

GONÇALVES, C. W. P. A globalização da natureza e a natureza da globalização. 2. ed. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 2005.

GONÇALVES, C. W. P. Os (des)caminhos do meio ambiente. 5. ed. São Paulo: **Contexto**, 2004.

LIMA, G. F. C.; DIAS, A. K. Educação Ambiental: bases conceituais para uma abordagem crítica e transformadora. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 14, n. 2, p. 1–18, 2019.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: **Edusp**, 2004.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo: **Cortez**, 2011.

